OS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS REFUGIADAS DESACOMPANHADAS E SEPARADAS NO BRASIL

Theodora Cação Zanchett

Josuel Belo dos Santos

Cesar Augusto da Silva

PPG-FRONTTEIRAS E DIREITOS HUMANOS/CAPES – Universidade Federal da Grande Dourados
(UFGD);

PPG-FRONTTEIRAS E DIREITOS HUMANOS/UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
(UFGD);

Contato: theodoracacaoz@gmail.com

Contato: josuelbelo@hotmail.com

Contato: cesar.a.silva@ufms.br

A Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, fixou, aos Estados signatários, o dever de zelar pela garantia da proteção integral às crianças em condição de refúgio, com a prestação de assistência humanitária adequada ao gozo de todos seus direitos. Assim, objetivou-se, mediante realização desse trabalho, analisar o refúgio de crianças e adolescentes desacompanhados e/ou separados no Brasil, os instrumentos normativos de proteção existentes, como também a atuação estatal na garantia da proteção integral de tais sujeitos no país. O caminho metodológico para realização do presente estudo, constitui-se por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem hipotético-dedutiva. Verifica-se no Brasil, que os procedimentos de recepção e identificação das crianças e adolescentes ingressantes em território nacional estão fixados na Resolução Normativa Conjunta nº 01 de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Comitê Nacional para os

Refugiados (CONARE), Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e Defensoria Pública da União (DPU). Não obstante, constata-se no processo que embarca o dinamismo das estratégias governamentais de acolhida, a necessidade de aprimoramento, em especial para adequar as condições estruturais, além de incluir nas políticas públicas de atendimento a crianças refugiadas medidas que visem a garantia de acolhimento e acesso a direitos sociais nas fases que se desenvolvem posterior a interiorização desse público no Estado brasileiro. Ressalta-se, que muito embora existam instrumentos normativos voltados à proteção integral de crianças desacompanhadas ou separadas que ingressam ao território nacional, tais mecanismos não são suficientemente adequados ao resguardo efetivo desse público. Considera-se que a proteção integral de crianças no âmbito nacional, encontram desafios e fronteiras de ordem prática, estrutural e legislativa. Conclui-se, deste modo, que são necessários meios de aprimoramento nos mecanismos e meios de execução já existentes, em razão do aumento dos casos de refúgio infantil, sobretudo de crianças desacompanhadas e separadas, bem como pelo contexto de hipervulnerabilidade que tais indivíduos se encontram no Brasil.